



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 14/XIII/ 1.ª SL

Aos 27 dias do mês de janeiro de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição, no âmbito da apreciação na especialidade, dos Projetos de Lei n.ºs 3/XIII/1.ª (PS) - Restabelece os feriados nacionais da Implantação da República, a 5 de Outubro, e da Restauração da Independência, a 1 de Dezembro; 8/XIII/1.ª (PCP) - Reposição dos feriados nacionais retirados; 20/XIII/1.ª (PEV) - Restitui os feriados nacionais obrigatórios eliminados (Alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, alterado pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de Junho, 47/2012, de 29 de Agosto, 69/2013, de 30 de Agosto, 27/2014, de 8 de Maio e 55/2014, de 25 de Agosto); e 33/XIII/1.ª (BE) - Restabelecimento dos feriados nacionais suprimidos, bem como no âmbito da apreciação, na especialidade, dos Projetos de Lei n.ºs 18/XIII/1.ª (PEV) - Reposição das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública; 7/XIII/1.ª (PCP) - Repõe as 35 horas por semana como período normal de trabalho na função pública, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; 96/XIII/1.ª (BE) - 35 horas para maior criação de emprego e reposição dos direitos na função pública; 97/XIII/1.ª (PS) - Estabelece as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e da Proposta de Lei n.º 180/XII/3.ª (ALRAA) - Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas na Região Autónoma dos Açores:

10h00 - Confederação Empresarial de Portugal (CIP) – Sr. António Saraiva (Presidente da CIP) e Dr. Gregório Rocha Novo (Diretor da CIP);

2. Apreciação, na especialidade, dos Projetos de Lei n.ºs 18/XIII/1.ª (PEV) - Reposição das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública; 7/XIII/1.ª (PCP) - Repõe as 35 horas por semana como período normal de



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 14/XIII/ 1.ª SL

trabalho na função pública, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; 96/XIII/1.ª (BE) - 35 horas para maior criação de emprego e reposição dos direitos na função pública; 97/XIII/1.ª (PS) - Estabelece as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e da Proposta de Lei n.º 180/XII/3.ª (ALRAA) - Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas na Região Autónoma dos Açores:

10h30 - Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública – Srs. Ana Avoila, Fátima Amaral e Alexandre Plácido.

3. Apreciação e votação da ata n.º 12, relativa à reunião do dia 20 de janeiro de 2016;
4. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:
 - a. Projeto de Lei n.º 101/XIII/1.ª (PCP) - Estabelece um prazo excepcional para regularização da situação dos funcionários e agentes do Estado e dos corpos administrativos, bem como dos trabalhadores contratados ou assalariados, que exerceram funções Timor-Leste
Deputado autor do parecer: GP do CDS-PP;
 - b. Projeto de Lei n.º 105/XIII/1.ª (BE) - Aprofunda o regime jurídico da ação especial de reconhecimento da existência de contrato de trabalho, instituído pela Lei n.º 63/2013, de 27 de agosto, e alarga os mecanismos processuais de combate aos falsos recibos verdes e a todas as formas de trabalho não declarado, incluindo falsos estágios e falso voluntariado
Deputado autor do parecer: GP do PS;
 - c. Projeto de Lei n.º 106/XIII/1.ª (BE) - Reforça os mecanismos de presunção do contrato de trabalho, garantindo um combate mais efetivo à precariedade e à ocultação de relações de trabalho subordinado, alterando o artigo 12.º do Código do Trabalho
Deputado autor do parecer: GP do PSD;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 14/XIII/ 1.ª SL

- d. Projeto de Lei n.º 107/XIII/1.ª (CDS-PP) - 8.ª Alteração à Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro - Atualização do valor da pensão mínima, pensão social e pensão rural ao nível da inflação
Deputado autor do parecer: GP do PS;
5. Apreciação e votação do relatório sobre a COM(2015)690 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO - Análise Anual do Crescimento para 2016 e COM(2015)700 - Reforçar a retoma e fomentar a convergência PROJETO DE RELATÓRIO CONJUNTO SOBRE O EMPREGO DA COMISSÃO E DO CONSELHO que acompanha a Comunicação da Comissão sobre a Análise Anual do Crescimento para 2016
Deputado relator: Joaquim Raposo (PS);
[O relatório da CTSS deverá ser enviado à CAE até ao dia 28 de janeiro]
6. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 31/XIII/1.ª (PCP);
7. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;
8. Admissibilidade de Petições;
9. Delegação à Conferência Interparlamentar sobre Semestre Europeu 2016 e à Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia (ambas incluídas na denominada Semana Parlamentar Europeia), que têm lugar nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2016, em Bruxelas;
10. Deliberação relativa à metodologia e calendarização da apreciação dos Projetos de Lei n.ºs 53/XIII/1.ª (PCP) - Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio S.A., contemplando o direito a indemnizações por morte ou doença; 56/XIII/1.ª (BE) - Alarga o acesso às pensões de invalidez e velhice dos trabalhadores da empresa nacional de urânio e consagra o direito a uma indemnização emergente de doença profissional ou por morte; e 60/XIII/1.ª (PEV) - Procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2005, de 10 de Fevereiro, sobre o Regime Jurídico de Acesso às Pensões de Invalidez e Velhice pelos Trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio (ENU) S.A.,



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 14/XIII/ 1.ª SL

e estabelece o direito a indemnização em caso de doença profissional ou por morte, que, em 22 de janeiro, baixaram sem votação, por 15 dias, à 10.ª Comissão;

11. Discussão e votação, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 1/XIII - Programa especial de apoio para a Ilha Terceira (ALRAA) e 3/XIII - Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção (ALRAM);
12. Outros assuntos.

-
1. Audição, no âmbito da apreciação na especialidade, dos Projetos de Lei n.ºs 3/XIII/1.ª (PS) - Restabelece os feriados nacionais da Implantação da República, a 5 de Outubro, e da Restauração da Independência, a 1 de Dezembro; 8/XIII/1.ª (PCP) - Reposição dos feriados nacionais retirados; 20/XIII/1.ª (PEV) - Restitui os feriados nacionais obrigatórios eliminados (Alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, alterado pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de Junho, 47/2012, de 29 de Agosto, 69/2013, de 30 de Agosto, 27/2014, de 8 de Maio e 55/2014, de 25 de Agosto); e 33/XIII/1.ª (BE) - Restabelecimento dos feriados nacionais suprimidos, bem como no âmbito da apreciação, na especialidade, dos Projetos de Lei n.ºs 18/XIII/1.ª (PEV) - Reposição das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública; 7/XIII/1.ª (PCP) - Repõe as 35 horas por semana como período normal de trabalho na função pública, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; 96/XIII/1.ª (BE) - 35 horas para maior criação de emprego e reposição dos direitos na função pública; 97/XIII/1.ª (PS) - Estabelece as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e da Proposta de Lei n.º 180/XII/3.ª (ALRAA) - Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas na Região Autónoma dos Açores:



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 14/XIII/ 1.ª SL

10h00 - Confederação Empresarial de Portugal (CIP) – Sr. António Saraiva (Presidente da CIP) e Dr. Gregório Rocha Novo (Diretor da CIP).

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD), iniciou a reunião cumprimentando o Presidente e o Diretor da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), respetivamente, Sr. António Saraiva e Dr. Gregório Rocha Novo, explicou a metodologia adotada na audição não sem antes ter feito menção ao contributo remetido por aquela confederação patronal durante o período de apreciação pública. De seguida, deu a palavra ao Presidente da CIP para uma intervenção inicial.

Usaram então da palavra os Senhores Deputados Clara Marques Mendes (PSD), Tiago Barbosa Ribeiro (PS), José Soeiro (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Rita Rato (PCP). No final, o Presidente daquela confederação patronal respondeu em conjunto às observações dos Senhores Deputados.

A audição foi gravada em suporte vídeo e áudio e os respetivos registos estão disponíveis para consulta na página Internet do Parlamento em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudicao.aspx?BID=101337>, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

2. Apreciação, na especialidade, dos Projetos de Lei n.ºs 18/XIII/1.ª (PEV) - Reposição das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública; 7/XIII/1.ª (PCP) - Repõe as 35 horas por semana como período normal de trabalho na função pública, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; 96/XIII/1.ª (BE) - 35 horas para maior criação de emprego e reposição dos direitos na função pública; 97/XIII/1.ª (PS) - Estabelece as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e da Proposta de Lei n.º 180/XII/3.ª (ALRAA) - Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas na Região Autónoma dos Açores:

10h30 - Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública – Srs. Ana Avoila, Fátima Amaral e Alexandre Plácido.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 14/XIII/ 1.ª SL

Deputado relator: Joaquim Raposo (PS);

O Senhor Deputado Joaquim Raposo (PS) apresentou o respetivo parecer que, depois de aprovado, deve ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus.

Interveio a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) que, tendo agradecido a elaboração do parecer, informou que o GP do BE abster-se-ia na sua votação por discordar de matérias referidas na Comunicação.

Também a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) usou da palavra para dizer que, apesar de o parecer ser factual, a abstenção do GP do PCP se ficava a dever a questões abordadas na Comunicação, com as quais o PCP não pode estar de acordo, designadamente matérias relacionadas com a união bancária, regimes fiscais e sistemas de proteção social.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) saudou o Deputado relator pelo seu trabalho e concluiu que, sendo o parecer importante para o GP do PSD, direta ou indiretamente, continuará a acompanhar as matérias nele abordadas.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado, com votos a favor do PSD, PS e CDS-PP e as abstenções do BE e do PCP.

6. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 31/XIII/1.ª (PCP);
Foi aprovada por unanimidade a redação final proposta pela DAPLEN.

7. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 512/XII/4.ª;
O Senhor Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS-PP) apresentou o relatório final da Petição n.º 512/XII/4.ª, da iniciativa de Contrato de Ternura – Associação de Famílias de Acolhimento, que "Solicitam a alteração da legislação sobre acolhimento familiar de pessoas idosas ou com deficiência - Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de outubro - no sentido de poder ser escolhida a família de acolhimento sem intervenção da Segurança Social."

Submetido à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

8. Admissibilidade de Petições;
Foi aprovado por unanimidade o indeferimento liminar da Petição n.º 537/XII/4.ª por carecer de fundamento passível de satisfação pela Assembleia da República.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 14/XIII/ 1.ª SL

Foi igualmente aprovada por unanimidade a Nota de Admissibilidade da Petição n.º 9/XIII/1.ª, da iniciativa de Ana Carina Branco da Silva Pereira, "Licença parental de 6 meses, exclusiva da mãe, pela saúde dos nossos bebés." O Deputado relator do GP do PSD será indicado posteriormente.

9. Delegação à Conferência Interparlamentar sobre Semestre Europeu 2016 e à Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia (ambas incluídas na denominada Semana Parlamentar Europeia), que têm lugar nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2016, em Bruxelas;

Foi deliberado por consenso que a 10.ª Comissão indica para integrarem a delegação parlamentar à Conferência Interparlamentar sobre Semestre Europeu 2016 e à Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia (ambas incluídas na denominada Semana Parlamentar Europeia), que têm lugar nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2016, em Bruxelas, as Senhoras Deputadas Wanda Guimarães (PS) e Sandra Pereira (PSD).

10. Deliberação relativa à metodologia e calendarização da apreciação dos Projetos de Lei n.ºs 53/XIII/1.ª (PCP) - Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio S.A., contemplando o direito a indemnizações por morte ou doença; 56/XIII/1.ª (BE) - Alarga o acesso às pensões de invalidez e velhice dos trabalhadores da empresa nacional de urânio e consagra o direito a uma indemnização emergente de doença profissional ou por morte; e 60/XIII/1.ª (PEV) - Proceda à alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2005, de 10 de Fevereiro, sobre o Regime Jurídico de Acesso às Pensões de Invalidez e Velhice pelos Trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio (ENU) S.A., e estabelece o direito a indemnização em caso de doença profissional ou por morte, que, em 22 de janeiro, baixaram sem votação, por 15 dias, à 10.ª Comissão;

Foi deliberada, sob proposta do Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) a criação de um grupo de trabalho, coordenado pelo PSD.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 14/XIII/ 1.ª SL

11. Discussão e votação, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 1/XIII – Programa especial de apoio para a Ilha Terceira (ALRAA) e 3/XIII – Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção (ALRAM);(aprovadas, na generalidade, por unanimidade, na reunião plenária de 18 de dezembro);

Este ponto foi adiado para a próxima reunião, em virtude de ter sido deliberado solicitar ao Executivo uma quantificação dos custos orçamentais e o número de beneficiários abrangidos para cada uma das medidas previstas em cada proposta de lei, não ficando dependente da obtenção de qualquer resposta a discussão e votação, na especialidade, das propostas de lei supra identificadas.

O Senhor Deputado António Ventura (PSD) assinalou que, como o GP do PS pela voz da Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos se tinha mostrado preocupado, na última reunião, com a quantificação financeira das medidas constantes das propostas de lei em apreço, julgava que a questão estaria resolvida. O Senhor Presidente esclareceu que, não obstante a questão ter sido levantada, não teve concretização no sentido referido, pelo que não havia razão para não incluir de novo aquele ponto na Ordem de Trabalhos da reunião.

12. Outros assuntos.

O Senhor Presidente colocou à consideração dos membros da Comissão, para reflexão, a necessidade de ser criado um Grupo de Trabalho para audição de peticionários. Verificou-se não estar reunido o consenso necessário para tal.

A reunião foi gravada em suporte áudio e o respetivo registo, parte integrante da presente ata, está disponível para consulta na página Internet do Parlamento [aqui](#) pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 14/XIII/ 1.ª SL

Palácio de São Bento, 02 fevereiro 2016.

O PRESIDENTE

FELICIANO BARREIRAS DUARTE



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 14/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Carla Barros
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
Luís Soares
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Rita Rato
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Sónia Fertuzinhos
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
António Ventura
Diana Ferreira
Francisco Rocha
Helga Correia
Joana Mortágua
José Silvano
Laura Monteiro Magalhães
Rubina Berardo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Duarte Marques
Rui Riso

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Ricardo Bexiga